

SEXVID: das práticas sexuais à política da incerteza no contexto da COVID-19

Marco Aurélio Máximo Prado¹
Amana Rocha Mattos²
Paula Sandrine Machado³
Rafaela Vasconcelos Freitas⁴
Sara Caumo Guerra⁵
Flávio Henrique dos Reis Soares⁶

Resumo: A pesquisa SEXVID é uma investigação nacional interdisciplinar realizada no contexto global de pandemia da COVID-19, e tem como objetivo pensar a gestão de riscos envolvendo as práticas sexuais no Brasil desde a declaração pela OMS do estado pandêmico. Nesta entrevista, as e o coordenador/as do projeto contam como têm pesquisado as mudanças nas experiências, nos hábitos e nas narrativas a respeito da sexualidade em diferentes populações e grupos a partir das medidas de distanciamento físico. Entrelaçando psicologia, antropologia e política com a investigação de práticas, riscos e interseccionalidades que constituem as experiências concretas, discutem sobre como abordar a sexualidade no contexto da pandemia da COVID-19 pode contribuir para promover estratégias de prevenção mais adequadas e em diálogo com experiências localizadas.

Palavras-chave: sexualidade; risco; pandemia; política; COVID-19.

¹ Doutor em Psicologia Social, professor associado IV da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). mamprado@gmail.com.

² Doutora em Psicologia, professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). amanamattos@gmail.com.

³ Doutora em Antropologia. Professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). machadops@gmail.com.

⁴ Doutora em Psicologia Social. É bolsista de pós-doutorado em Psicologia Social (CAPES) e professora colaboradora na graduação em Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). esh.rafaela@gmail.com.

⁵ Mestre em Antropologia Social. Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). palavraguerra@hotmail.com.

⁶ Mestre em Psicologia. Doutorando em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). flaviohbrasil@gmail.com.

Precárias e heteronormativas campanhas governamentais de prevenção, iniciativas de mercado para acesso à pornografia, desassistência a trabalhadoras/es da prostituição, aumento da busca por renda com o trabalho erótico, ausência de diretrizes científicas sobre prevenção à contaminação do SARS-CoV-2 são algumas marcas da pandemia de COVID-19 no Brasil. O sexo aparecia nas conversas privadas, nas confissões urgentes e culpadas, nas brechas que não conseguiam ser ignoradas e se fez presente, mesmo no isolamento. É neste contexto que a pesquisa SEXVID⁷ foi proposta, como uma investigação nacional interdisciplinar realizada no contexto global de pandemia da COVID-19, tendo como objetivo pensar a gestão de riscos envolvendo as práticas sexuais desde a declaração pela OMS do estado pandêmico.

Nesta entrevista, a coordenação do projeto, composta por Paula Sandrine Machado, Marco Aurélio Máximo Prado e Amana Mattos, responde a questões elaboradas por três pesquisador/as da equipe, contando como têm pesquisado as mudanças nas experiências, nos hábitos e nas narrativas a respeito da sexualidade em diferentes populações e grupos a partir das medidas de distanciamento físico, identificadas como principal estratégia para impedir a infecção pelo novo coronavírus no primeiro momento da pandemia. Entrelaçando psicologia, antropologia e política com a investigação de práticas, riscos e interseccionalidades que constituem as experiências concretas, discutem sobre como abordar a sexualidade no contexto da pandemia da COVID-19 pode contribuir para promover estratégias de prevenção mais adequadas e em diálogo com experiências localizadas.

Orientada pela revisão da literatura sobre disseminação e os desafios da prevenção do HIV/Aids, a pesquisa se propõe a mapear os modos de gestão de risco relacionados às práticas sexuais frente ao novo coronavírus, a partir da análise de

⁷ A pesquisa tem financiamento do CNPq, tendo sido contemplada na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 – UNIVERSAL; e da FAPERJ, pelo Edital 33/2021 – PROGRAMA JOVEM CIENTISTA DO NOSSO ESTADO - 2021. Para maiores informações sobre o projeto, ver: <https://www.pesquisasexvid.com/>

vivências de diferentes grupos sociais. A pesquisa prevê diferentes fases, compreendendo levantamento e sistematização de publicações científicas, jornalísticas e de prevenção; aplicação de questionários on line e realização de entrevistas semi-estruturadas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o número 35055720.6.0000.5334.

Pergunta: Por que estudar as sexualidades no contexto de pandemias? É relevante entender como esse aspecto da experiência dos sujeitos é afetado em contexto de crise social e sanitária?

Resposta: Buscamos com esse estudo jogar visibilidade em uma dimensão da vida social e individual fundamental que não aparecia nas pesquisas sobre COVID-19. A preocupação com o isolamento, a transmissão do vírus, bem como os adoecimentos e mortes cujos índices cresciam a cada dia no país, aliada ao neoconversadorismo atual, não permitiu que a sexualidade fosse entendida como uma das dimensões fundamentais do cotidiano das experiências dos sujeitos. Além disso, como é característico em contextos de pandemia, a desinformação e a incerteza são elementos que colaboram para que a dimensão da sexualidade não seja partilhada, conversada abertamente e discutida como parte das políticas públicas de enfrentamento e prevenção. Ao mesmo tempo, conversas informais, conteúdo midiático e relatos de encontros sexuais chegavam a nós, atravessados por todos esses elementos que acabamos de indicar, junto a informações de quais repertórios de práticas e coisas as pessoas, como em um quebra-cabeças, iam acionando para montar as cenas sexuais frente a informações desencontradas e questionamentos de toda ordem. De que modo estabelecer práticas sexuais em um mundo com um novo vírus, de transmissão respiratória, sobre o qual se tinha tantas dúvidas acerca de suas características e modos de ação quanto certezas de

sua rápida disseminação e efeitos devastadores, em um contexto de medo e forte atuação de uma política sexual ultraconservadora?

Nosso trabalho começou, mais concretamente, quando percebemos que as principais incidências públicas sobre a dimensão da sexualidade vinham de médicos sexólogos que tinham a sexualidade como objeto de intervenção e que o atual governo tinha suprimido informação de um material oficial sobre práticas sexuais, no início da pandemia, por questões morais. Nesse sentido, em 2020, começamos a perceber que vários elementos de disputa moral sobre o corpo e as sexualidades que tínhamos vivido nos anos de 1990 e 2000 com a Aids estavam rapidamente se atualizando, sem incorporar, contudo, todo o debate e a consequente virada que aconteceu no campo da sexualidade e que foi responsável pela politização do corpo e das identidades no contexto dos 2000. Passamos a nos perguntar quem estaria, na realidade atual da pandemia de COVID-19, dando diretrizes, balizas e direções preventivas sobre práticas sexuais e contágio, por exemplo. O medo que incidiu em 2020 sobre todos e todas nós foi, aos poucos, se transformando em muitas outras emoções e formas de articulação de ações, nas quais se engajavam uma série de objetos, substâncias, coisas: alguns, velhos conhecidos, outros nem tanto, ou de uso menos evidente nas práticas cotidianas, como as máscaras e as soluções de álcool 70%. Igualmente, começamos a pensar sobre os determinantes sociais da saúde, como classe, gênero, raça... Nos perguntávamos, por exemplo, como as pessoas que têm sua renda baseada no trabalho sexual iriam fazer para se manter, quais seriam os recursos necessários para prevenção, e por aí vai. Além disso, iniciamos, entre nós, hoje coordenadores da pesquisa, a trocar sobre nós mesmos... e também a levantar literatura e informações públicas de países que, logo no começo do período pandêmico de 2020, lançaram cartilhas e outros materiais sobre práticas sexuais, saunas, lugares de encontro sexual e outros elementos relacionados. Nesse processo, fomos percebendo que se falava muito de práticas sexuais em alguns países, como nos Estados Unidos da América, particularmente na cidade de Nova York,

onde se veiculava informações sobre como as saunas deveriam agir e informar seus clientes para não facilitar a transmissão do vírus por conta de encontros sexuais. Ao mesmo tempo, os diferentes materiais costumavam referir algumas práticas específicas, que seriam mais ou menos protetivas contra o coronavírus (como o *glory hole*⁸), sem, contudo, pautar o debate público sobre sexo e todos os desdobramentos políticos dele decorrentes. Também fomos percebendo que um incentivo de inúmeras pesquisas, financiamentos etc. estavam em pauta, mas quase nada era sobre sexualidade e COVID-19. Somado a isso tudo, não podemos deixar de citar o comportamento político genocida do governo brasileiro atual, negando-se a partilhar informações e a desenhar uma política do cuidado coletivo. Através desse caminho, e por sermos pesquisadores e pesquisadoras interessados nas temáticas de sexualidade e gênero, lançamos a pergunta do SEXVID: qual será a gestão dos riscos pandêmicos que fazem as pessoas que estão transando no contexto de uma pandemia altamente transmissiva, em que as principais formas de transmissão se dariam pela proximidade física? Em nosso horizonte analítico, também se colocava uma pergunta sobre o que fazem os vírus sobre as práticas sexuais. Quais os pontos de contato entre as políticas sobre os vírus, ou, mais especificamente, sobre os corpos que os portam e que regulam a sua circulação, e as políticas sexuais? Nesse sentido, a partir de uma perspectiva voltada para as práticas articulatórias envolvidas na gestão das incertezas relacionadas à pandemia, nos afastamos da pergunta sobre “como as pessoas estão fazendo para transar **apesar dos** vírus” e voltamos nossa atenção para os detalhes, as complexidades e as montagens heterogêneas envolvidas no “como transar **com** os vírus” (MACHADO et al., 2022), em um mundo em que a distribuição da doença, da morte e do acesso à saúde se dá de modos muitos desiguais.

⁸ *Glory hole* (ou Buraco da Glória, em uma tradução livre) são espaços com cabines que possuem buracos para interação sexual, nos quais é possível inserir mãos, pênis, vagina, ânus, por exemplo, possibilitando a restrição do contato físico e a evitação do contato face a face.

Pergunta: A sexualidade em tempos de crise pode ser convertida, como nos informa a história de outras epidemias, em objeto de disputa moral. Tomando a noção de "pânico moral" da antropóloga estadunidense Gayle Rubin, e considerando o potencial de transmissão do Sars-Cov-2 antes do desenvolvimento das vacinas, como vocês analisam a atuação oficial do governo federal em relação a essa temática? Podemos falar que a negligência de algumas instituições de referência, como o Ministério da Saúde, em relação à pandemia, criou um tipo de paradoxo entre cuidado coletivo e responsabilização individual e, flexibilizando o primeiro, associou a responsabilização individual com noções de sexualidade perigosa já presentes no repertório discursivo da "crise"?

Resposta: A pandemia da COVID-19 materializou condições para que graves retrocessos no campo democrático fossem radicalizados. A sexualidade, nesse contexto de estado de exceção, foi tomada enquanto um tema a ser manejado individualmente, como se não fosse algo que devesse receber atenção em políticas e diretrizes do governo. Essa posição governamental contribuiu para a reiteração de uma visão conservadora sobre sexualidade, baseada na idealização da noção de família heterossexual e do incentivo à abstinência sexual fora deste contexto. Se, em função dos efeitos do distanciamento físico e da crise econômica na saúde mental da população mundial, a referência à importância dos vínculos afetivos teve lugar nos discursos oficiais e da OMS, observamos um silêncio significativo sobre o lugar da sexualidade nesse primeiro momento da pandemia. Quando o sexo ganhava lugar, era o sexo "bom" (familiar, heteronormativo, doméstico) de que nos fala Rubin (1984/2017), praticado no isolamento, de maneira higienizada, associado à circulação nas redes sociais da *hashtag* "fique em casa". No Brasil, com uma política de governo ultraconservadora, a pandemia foi gerida de maneira a combinar a moralização da sexualidade com a neoliberalização de sua gestão, colocando em curso uma política sexual tão ativa quanto aparentemente silenciosa. Em trabalho anterior (MATTOS, FREITAS, MACHADO, 2020), analisamos

os escassos materiais produzidos pelo governo no primeiro ano da pandemia que faziam referência a gênero e sexualidade (uma cartilha voltada à população LGBT e outra a jovens). No caso da cartilha desenvolvida pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para pessoas LGBT, em menos de 24 horas a primeira versão do material foi retirada do ar e teve seu conteúdo alterado para não tocar no tema das práticas sexuais e do trabalho sexual. Analisamos que, de um lado, esses poucos materiais repercutiram proposições sobre prevenção em consonância com as orientações da OMS. De outro, entretanto, alinharam-se às posições públicas do governo federal nos campos do gênero e da sexualidade, ao reiterarem o apagamento de questões relacionadas à sexualidade e suas possíveis articulações com a prevenção na pandemia, e ao mencionarem questões religiosas (importância da “fé” no período de isolamento).

Assim, é possível pensar que a gestão federal da pandemia não cria exatamente um paradoxo entre os cuidados coletivos e individuais, mas produz narrativas conflitantes entre si, que convergem para uma responsabilização e culpabilização dos indivíduos, seja pela manutenção de sua saúde e vida, seja pela sobrevivência econômica. Quando observamos os pronunciamentos do presidente e de seus ministros ao longo da pandemia, especialmente no período pré-campanhas de vacinação, vemos que o uso de frases de efeito, pronunciamentos grotescos e desrespeitosos com as vítimas foi acompanhado pela desresponsabilização pública na gestão da pandemia, como indica a pesquisa da CEPEDISA/USP (2021). Essa falta de orientações sanitárias e promoção do descrédito das instituições científicas atravessou as experiências sexuais dos sujeitos neste período. Como pudemos observar na primeira fase de entrevistas de nossa pesquisa, “furar o isolamento” para encontros sexuais foi frequentemente acompanhado por culpa e medo. Ainda que a inexistência de vacinas e tratamento fosse uma realidade, o peso de se expor em cenas sexuais era diferente do envolvido nas exposições relacionadas ao trabalho e à circulação entendida como “necessária”. Como

vocês sinalizam na pergunta, o risco é remetido ao campo da gestão individual, marcada pela moralização do sexual.

Pergunta: Vocês iniciam a pesquisa a partir do conceito de gestão de risco, categoria que embasou muitos estudos no campo dos estudos HIV/Aids. Com as transformações dos contextos que caracterizam a crise sanitária e as especificidades da COVID-19, essa continua uma categoria analítica eficiente para olhar para as cenas a que os resultados parciais remetem? A que o risco tem sido associado quando pensamos em práticas sexuais?

Resposta: A noção de risco tem sido importante no âmbito dos estudos epidemiológicos e psicossociológicos acerca das práticas sexuais, identidades e orientações sexuais no contexto do HIV/Aids. Sua utilização e dimensão são bastante heterogêneas, desde a ideia de que o risco está relacionado ao comportamento individual até a compreensão de que o risco e sua gestão estão diretamente relacionados aos determinantes sociais da saúde e da doença, como classe, gênero, raça/etnia, posições geográficas e outros. Assim, percebe-se que o sentido do conceito tem se alterado sobremaneira no decorrer dos estudos sobre epidemias e sexualidades. Portanto, a noção de risco segue sendo bastante útil, no entanto é preciso defini-la com alguma nitidez para que não seja utilizada de forma racionalizante, individualizadora e despolitizada. Em nosso caso, iniciamos a pesquisa com a questão de que uma gestão complexa do risco estaria recortada pelos determinantes sociais sobre saúde e doença, ou seja, que esta gestão é compartilhada, sócio psicologicamente determinada e historicamente contextualizada, uma vez que os sujeitos em seus contextos produzem uma série de arranjos articulados em função de como estão em alguma disposição possível da gestão. Conforme fomos escutando as pessoas contarem sobre suas práticas sexuais e como as viveram no centro da pandemia COVID-19, fomos também entendendo que a noção de risco poderia ser melhor entendida a partir da sua articulação

com a noção de incerteza. Desse modo, hoje estamos trabalhando com a ideia de uma gestão de risco no contexto de uma política da incerteza.

Pergunta: Os impactos da pandemia foram para além dos físicos e financeiros. Uma recente pesquisa durante a pandemia, conduzida pelo coletivo #VoteLGBT, indicou dados relativos à vulnerabilidade da população LGBT quanto à saúde mental e segurança alimentar. Como, na pesquisa SEXVID, são articulados os impactos de questões de saúde mental e as práticas sexuais dos pesquisados? Há alguma associação entre como as pessoas percebem sua saúde e suas práticas sexuais?

Resposta: Nossos dados evidenciam que há uma relação direta entre saúde mental, vulnerabilidades e práticas sexuais. Sobretudo na população LGBT+, essa relação se dá entre índices altos de depressão ou humilhação social e um aumento de isolamento e solidão. A relevância dos dados atuais do SEXVID e de outras pesquisas como do #VoteLGBT está realmente em compreender e visibilizar que os determinantes de identidade de gênero e orientação sexual em um contexto pandêmico atuam e vulnerabilizam as pessoas de formas desiguais e distintas. Por exemplo, quando o discurso hegemônico é “vamos ficar em casa”, o que isso significa para as pessoas, considerando suas distintas e desiguais condições sociais? Quem pode ficar em casa, e em quais condições? O que significa permanecer em um contexto familiar para pessoas que vivenciam situações familiares violentas? Enfim, um enorme número de questões precisa dar visibilidade para esses recortes que constituem a vida de todos nós e tornam uns mais vulneráveis do que outros, sendo que os que estão em piores condições são os que terão menor possibilidade de contar com esquemas institucionais de ajuda. Nesse sentido, SEXVID é uma pesquisa importante, na medida em que traz à tona os dados de vulnerabilidades e saúde mental de recortes populacionais pouco visíveis e pouco estudados, principalmente quando se trata de uma pandemia.

Referências

- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE DIREITO SANITÁRIO (CEPEDISA) da Universidade de São Paulo. 2021. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da COVID-19. Relatório de pesquisa.** MACHADO, Paula Sandrine et al. 2022. Managing risk and sexuality in the Covid-19 context. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, Brasília, v. 19, e19909.
- MATTOS, Amana Rocha; FREITAS, Rafaela Vasconcelos; MACHADO, Paula Sandrine. 2021. “Discurso governamental sobre sexualidades e vulnerabilidades na pandemia de COVID-19: apagamentos e narrativas higienizantes no Brasil”. In **Anais do XI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política.** Anais. Belo Horizonte (MG) Online. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sbpp/383850-discurso-governamental-sobre-sexualidades-e-vulnerabilidades-na-pandemia-de-covid-19--apagamentos-e-narrativaS-HI>. Acesso em: 23/09/2022 23:56
- RUBIN, Gayle. “Pensando o sexo”. In **Políticas do sexo: Gayle Rubin.** pp. 63-128. São Paulo: Ubu, 1984/2017.

SEXVID: From sexual practices to the politics of uncertainty in the context of COVID-19

Abstract: SEXVID is a national interdisciplinary research carried out in the global context of the COVID-19 pandemic, and aims to analyse risk management involving sexual practices in Brazil since the declaration by the WHO of the pandemic state. In this interview, the research coordinators discuss how they analysed the changes in experiences, habits and narratives about sexuality based on physical distancing measures, in different populations and groups. Interweaving psychology, anthropology and politics with the investigation of practices, risks and intersectionalities that constitute concrete experiences, they discuss how addressing sexuality in the context of the COVID-19 pandemic can contribute to promote more adequate prevention strategies and in dialogue with localized experiences.

Keywords: sexuality; risk; pandemic; politics; COVID-19.

Recebido: 01/06/2021

Aceito: 20/12/2021